



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Universitário Santo Agostinho



revistafsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 17, n. 10, art. 19, p. 361-378, out. 2020

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2020.17.10.19>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



MIAR



Gênero, Violência e Políticas Públicas: Uma Análise Acerca dos Homicídios de Mulheres na Região Sudeste Entre 2003-2014

Gender, Violence and Public Policies: An Analysis of Women's Homicides in the Southeast Region Between 2003-2014

Clayton Pereira Gonçalves

Doutorado em Administração pela Universidade do Grande Rio
Mestre em Administração pela Universidade do Grande Rio
Professor da Universidade Federal de Rondônia
E-mail: crmiax@gmail.com

Camilla Pinto Luna

Doutorado em Administração pela Universidade do Grande Rio
Mestra em Administração pela Universidade do Grande Rio
E-mail: camillaluna.adm@gmail.com

Diego de Oliveira da Cunha

Mestre em Administração pela Universidade do Grande Rio
Professor da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fiocruz
E-mail: adm.diegoolivei@gmail.com

Maria Cristina Fogliatti de Sinay

Doutora em Matemática Aplicada pela City University of New York
E-mail: cristinasinay@gmail.com

Eduardo André Teixeira Ayrosa

Doutor em Administração pela University of London, Inglaterra
Professor do Mestrado e Doutorado em Administração da Universidade Positivo
E-mail: eduardo.ayrosa@up.edu.br

Endereço: Clayton Pereira Gonçalves

Universidade do Grande Rio – Rua da Lapa, 86, Centro,
CEP: 20021-180, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Endereço: Camilla Pinto Luna

Universidade do Grande Rio – Rua da Lapa, 86, Centro,
CEP: 20021-180, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Endereço: Diego de Oliveira da Cunha

Universidade do Grande Rio – Rua da Lapa, 86, Centro,
CEP: 20021-180, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Endereço: Maria Cristina Fogliatti de Sinay

Universidade do Grande Rio – Rua da Lapa, 86, Centro,
CEP: 20021-180, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Endereço: Eduardo André Teixeira Ayrosa

Universidade Positivo - Rua XV de Novembro, 950 –
Centro, CEP: 82590-300, Curitiba – PR, Brasil.

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 11/06/2020. Última versão recebida em 29/06/2020. Aprovado em 30/06/2020.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

O propósito desta pesquisa é analisar os homicídios de mulheres na região Sudeste do Brasil no período de 2003 a 2014, sob uma perspectiva de fatores sociais e econômicos que fossem capazes de se correlacionar com este problema social. Adotamos a perspectiva da violência de gênero e da política pública para compreender o fenômeno e buscar caminhos para a superação deste problema. Para alcançarmos o objetivo, dividimos a pesquisa em sete seções. Inicialmente apresentamos algumas barreiras relacionadas ao gênero feminino e, então, apontamos uma seção que busca conceituar e discutir a violência. Na terceira seção, exibimos de forma concisa o que são políticas públicas. A seção seguinte é referente aos métodos em que utilizamos regressões lineares simples. A sexta expõe os resultados encontrados, com um modelo final composto por uma variável social com predição de 87,20% ($R^2 = 0,872$). E, assim, concluímos que as políticas públicas voltadas para as áreas sociais e econômicas podem representar bons resultados no enfrentamento à violência contra a mulher. Esta pesquisa pretende contribuir para os estudos relacionados às políticas públicas no que tange à violência contra as mulheres, buscando trazer uma compreensão sobre este problema social.

Palavras-chave: Gênero. Violência. Políticas Públicas. Homicídios de Mulheres.

ABSTRACT

The purpose of this research is to analyze the homicides of women in the southeastern region of Brazil from 2003 to 2014, from a perspective of social and economic factors that could correlate with this social problem. We adopt the perspective of gender violence and public policy to understand the phenomenon and seek ways to overcome this problem. To reach the goal we divided the research into seven sections. Initially we presented some barriers related to the feminine gender and then, we pointed out a section that seeks to conceptualize and discuss violence. In the third section, we briefly present what public policies are. The next section is about the methods in which we use simple linear regressions. The sixth presents the results found, with a final model composed of a social variable with a prediction of 87.20% ($R^2 = 0.872$). And so, we conclude that public policies geared to social and economic areas can be a good outcome in confronting violence against women. This research aims to contribute to studies related to public policies regarding violence against women, seeking to bring an understanding about this social problem.

Keywords: Gender. Violence. Public Policy. Women's Homicides.

1 INTRODUÇÃO

A violência de gênero, relacionada às mulheres, não é um problema social novo no Brasil, razão pela qual o tema tem sido abordado pelas mais diversas áreas de estudos, principalmente no âmbito das políticas públicas (MEDEIROS, 2011; BANDEIRA, 2014; DE MELLO AMARAL et al., 2016; KIPNIS; GOMES, 2016; SCOTT *et al.*, 2016).

O Brasil é o quinto país com maior número de homicídios de mulheres em um ranking elaborado pela Organização Mundial da Saúde, o que evidencia a trágica realidade vivenciada pelas mulheres brasileiras (WAISELFISZ, 2015).

A região Sudeste, apesar de apresentar uma curva decrescente com relação aos homicídios de mulheres, ainda é a região com o maior número de homicídios por ano, como observado no Mapa da Violência 2015 (WAISELFISZ, 2015).

O Brasil avançou bastante nas últimas décadas no que se refere às políticas públicas relacionadas ao combate à violência contra o gênero feminino a partir de instrumentos como os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM), a Lei Maria da Penha, a Lei do Feminicídio, a Política e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, “as Diretrizes de Abrigamento das Mulheres em situação de Violência e as Diretrizes Nacionais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta” (BRASIL, 2011, p. 9). Contudo, os homicídios de mulheres no Brasil representam um problema social gravíssimo.

Sendo assim, entendemos que outras políticas públicas referentes a questões sociais e econômicas podem ser importantes para complementação deste enfrentamento à violência contra as mulheres.

Com o intuito de compreender de que maneira fatores sociais e econômicos como, por exemplo, desemprego, renda e educação se relacionam com os homicídios de mulheres, a presente pesquisa analisou a evolução dos homicídios de mulheres na região Sudeste no período de 2003 a 2014.

Devido ao período analisado consistir em uma amostra pequena, analisamos conceitualmente os dados gerados a partir de regressões lineares simples pelo método Inserir (FIELD, 2013). Para análise dos dados, utilizamos o software SPSS (Statistical Package for Social Science) versão 20.0.

Esta pesquisa pretende, assim, contribuir para os estudos relacionados às políticas públicas, aduzindo a importância das políticas públicas sociais e econômicas diante deste problema social e buscando trazer uma compreensão e um possível caminho para a superação dessa violência.

A presente pesquisa está dividida em sete seções. Inicialmente apresentamos algumas barreiras relacionadas ao gênero feminino e, então, exibimos uma seção que busca conceituar e discutir acerca da violência. A terceira seção expõe de forma concisa o que são políticas públicas. A seção seguinte é referente aos métodos utilizados. Na sexta indicamos os resultados encontrados e, por fim, a discussão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Algumas barreiras para o gênero feminino

No cenário nacional, são constantes as situações de violência relacionadas à temática do gênero, principalmente em relação ao feminino, por isso tratar sobre questões de gênero é de grande relevância e complexidade. No Brasil, essas discussões sobre o tema ganharam mais força com o movimento feminista – tendo assumido maior notoriedade no país nos anos 1970. Mas, somente na década de 1980, a violência contra a mulher passou a ser considerada em âmbito governamental de forma mais especializada, com a implantação do atendimento em delegacias próprias (SARTI, 2004).

Historicamente, é antiga a noção de que haveria uma diferença essencial entre homens e mulheres, pautada em seus sexos biológicos e, apesar dessa percepção ter se modificado ao longo do tempo (LAQUER, 2001), a violência de gênero ainda está, por muitas vezes, embasada nessa relação biológica.

Esses apontamentos de gênero com base nas diferenças biológicas ainda são facilmente encontrados em nossa sociedade de consumo, sendo o gênero feminino constantemente atrelado a um padrão de comportamento estereotipado. O gênero feminino foi rotulado como o gênero sensível, emocional, romântico, contudo essa noção foi desenvolvida como um produto direto da economia capitalista – existindo evidentes razões históricas para a correlação entre romântico e econômico dentro da definição do feminino que temos herdado desde o século XIX (FISKE, 2000). Além disso, as mulheres tiveram uma socialização confinada ao âmbito privado, tendo tido, por décadas, a responsabilidade da realização das tarefas domésticas (limpar, lavar, cozinhar) e o cuidado dos filhos, configurando, assim, uma construção social sexuada (ANTUNES, 1999). Ainda é comum nos depararmos com a

associação da imagem feminina a um objeto ou a um conteúdo de apelo sexual em diversas mídias, como, por exemplo, em propagandas (LESSA, 2005; MELO, 2006; PETROLL; ROSSI, 2008; DA CRUZ, 2010 TOMÉ, 2013).

Essa representação do gênero feminino tem sido há tempos coletivamente compartilhada, sendo que isso lhe atribui uma espécie de “materialidade”, se manifestando. Então, não apenas no comportamento dos membros de uma sociedade, por meio da socialização e internalização de valores, mas na estrutura jurídica e organizacional de uma formação social, nos mecanismos de controle social, nos critérios e formas de sanção e recompensa, isso pode ser visto (DURKHEIM, 1986).

Em suma, todos estes fatos apontados contribuem para que a violência contra mulher seja distinta das outras formas de violência, pelo fato de que o perpetrador nesta ação não enxerga a vítima como um Outro igual e em mesmas condições de existência (BANDEIRA, 2014). Ou seja, tal violência é motivada por demonstrações de desigualdades baseadas na condição de sexo. Seria o que a Butler (2011) chama de precariedade do Outro, que em seu extremo de violência promove a morte.

2.2 Violência

A falta de capacidade em reconhecer o Outro como igual é considerada como um dos fatores preponderantes da violência nas mais diversas culturas e ao longo da história (RAI; VALDESOLO; GRAHAM, 2017). Além disso, conceituar a violência não é uma tarefa simples. Existem diversas formas e conceituações relacionadas a este tema.

Dentre as formas de violência, podem-se destacar as formas: anômica, representada, sociocultural, sociopolítica e social ou Estado de violência. Estas formas de violência não são excludentes e frequentemente ocorrem de forma combinada (SODRÉ, 2002).

A violência anômica é caracterizada por ter seus aspectos cruéis e visíveis nas ruas e apresentados pela mídia. A violência representada é caracterizada pela indústria de entretenimento que reproduz as agressões em filmes, programas de TV e jogos. A violência sociocultural é resultado da decisão de um poder exercido por um grupo religioso, político, econômico ou uma elite. A violência sociopolítica é exercida pelos aparelhos de Estado e frequentemente inclui a violência anômica quando ocorre como, por exemplo, em guerras. E por fim, Sodré (2002) apresenta a violência social ou Estado de violência que decorre de um modelo social fixado e centrado no poder que falha no atendimento à sociedade como um todo.

Além destas formas apresentadas, existem outras como, por exemplo, violência subjetiva e a violência objetiva (ZIZEK, 2014), sendo a subjetiva definida pelo autor como uma violência que é visível, como uma ponta de um grande iceberg. São exemplos desta violência: confrontos civis, latrocínios, tiroteios e abuso sexual. A violência objetiva, Zizek (2014) destaca que é invisível, como a parte submersa do iceberg, divide-se entre simbólica e sistêmica. A simbólica está relacionada às formas de linguagens e formas presentes na sociedade que exercem uma influência sobre as pessoas como, por exemplo, as agressões verbais e preconceituosas aos gays, negros e mulheres. A sistêmica está relacionada aos sistemas que regem a sociedade como um todo, dentre os principais temos o econômico e político, assim os resultados negativos destas ações são uma violência sistêmica. Então, pode-se entender a violência sobre a forma subjetiva, que parte diretamente do indivíduo, quanto em sua forma objetiva, simbólica ou sistêmica, relacionadas às formas de linguagem e aos sistemas econômico e político respectivamente.

Ademais, a violência objetiva é o gatilho para a violência subjetiva, a forma subjetiva é uma forma de explosão ocasionada pelas violências objetivas: simbólica e sistêmica (ZIZEK, 2014). Ou seja, a violência subjetiva é a reação que ocorre sobre a ação de uma violência objetiva simbólica e ou sistêmica que esteja ocorrendo e que conduz a outra ação.

Em outras palavras, a violência sistêmica é capaz de gerar uma série de explosões irracionais de violência subjetiva, que é a violência diretamente visível e exercida por um agente facilmente identificável (ZIZEK, 2014). São os casos de violência contra as mulheres como, por exemplo, assédios sexuais, estupros e homicídios. Todos estes casos são noticiados todos os dias pelos mais diversos canais de comunicação; esta violência tem as mesmas características da violência anômica apresentada por Sodré (2002).

A desintegração da ordem social também é um exemplo de violência subjetiva que resulta da falha do Estado, uma reação a uma violência sistêmica, (ZIZEK, 2014), que pode ser entendida como uma violência anômica, consequência do Estado de violência, sendo esta uma violência invisível, silenciosa e burocrática, que provém de um modelo social fixado por quem detém o poder (SODRÉ, 2002).

Neste sentido, compreendemos que os homicídios de mulheres são uma violência subjetiva, resultado de uma violência objetiva. Compreendemos igualmente que o Estado tem a possibilidade de combater essa situação por meio de políticas públicas eficientes.

2.3 Políticas Públicas

A política pública desponta nos Estados Unidos da América (EUA) de forma distinta da maneira como era tratada na Europa. Enquanto os europeus preocupavam-se com a relação existente entre o papel do Estado e a sociedade, os americanos focavam na produção resultante dos governos (SOUZA, 2006).

Easton (1965a) destaca que uma política pública implementada em alguns casos pode ser desvantajosa para um determinado grupo, na comparação com outros grupos que também necessitam de tal implementação. Seria como tratar de forma desigual os desiguais como prevê o princípio constitucional da igualdade.

Contudo, uma política pública sem a ação do Estado não funciona para atingir seu objetivo, apenas o intuito de se criar uma política pública não gera resultados para a sociedade (EASTON, 1965b). Dessa forma, a política pública pode ser considerada como as regras apresentadas pelas autoridades como um guia de comportamento e também como as intenções das autoridades perante a sociedade. Mas, intenção sem ação não torna a política pública efetiva.

Para Pereira (2008), a política pública tem o objetivo de equilibrar a relação entre a sociedade e o Estado. Assim, aponta o autor que o resultado de uma ação por parte do governo perante as demandas da sociedade, provenientes das relações de poder e estratégias de implementação de decisões, são políticas públicas.

Dye (2013) acrescenta que as decisões de não fazer nada sobre um determinado problema também são políticas públicas. Para o autor, todas as ações relacionadas ao governo são políticas públicas, pois a omissão sobre determinados aspectos gera um impacto na sociedade.

Na próxima seção abordaremos os métodos utilizados para coletar os dados e análise destes dados diante dos homicídios de mulheres na região Sudeste.

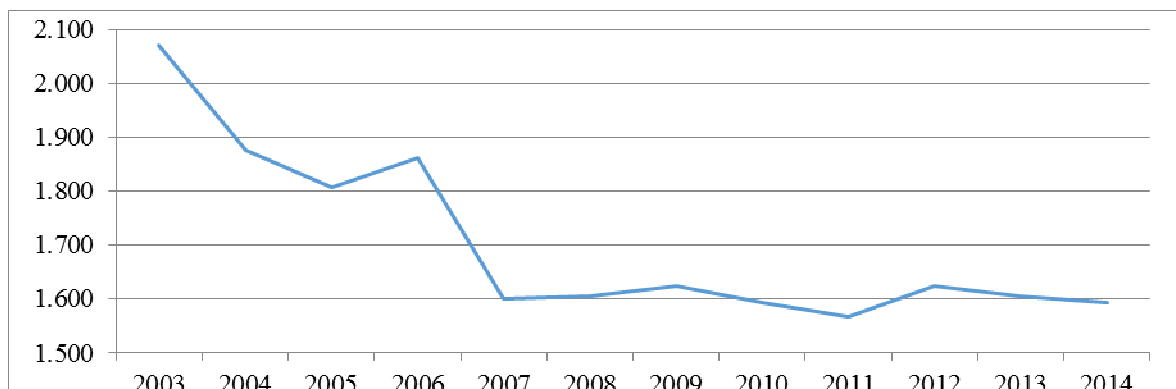
3 METODOLOGIA

Com o propósito de compreender a relação entre determinados fatores socioeconômicos e os homicídios de mulheres na região Sudeste no período entre 2003-2014, utilizamos o método de análise de regressão simples. Filed (2013) aponta que amostras pequenas, menores do que 20, apresentam uma melhor análise com regressão linear simples, ao contrário da regressão linear múltipla. A região escolhida deve-se ao fato de ser a região

que apresenta o maior número de homicídios de mulheres por ano (WAISELFISZ, 2015). O período escolhido está relacionado ao período em que foi possível encontrar dados dos homicídios de mulheres por região.

A **Figura 1** apresenta a evolução dos homicídios de mulheres na região Sudeste no período estudado.

Figura 1 – Total de homicídios de mulheres entre os anos 2003-2014 na região Sudeste.



Fonte: IBGE (2017)

Além disso, um estudo recente sobre homicídios de mulheres no Brasil foi elaborado por Meneghel e Hirakata (2011) que analisaram a taxa de homicídios no período de 2003 a 2007 e a correlação desta, com variáveis socioeconômicas e de saúde através de um modelo de regressão linear múltipla por Unidade da Federação.

Os dados de homicídios de mulheres no período de 2003 a 2013 foram coletados no Mapa da Violência – homicídios de mulheres no Brasil (WAISELFISZ, 2015), e o dado referente ao ano de 2014 foi retirado do Atlas da Violência de 2016 (CERQUEIRA, 2016). Ambos coletados pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde (MS). O total de homicídios por ano foi somado a partir das categorias X85 a Y09 da CID 10 (WAISELFISZ, 2015; CERQUEIRA, 2016), tais categorias são denominadas como “CVLI: Crimes Violentos Letais Intencionais. Esses crimes têm como características a presença de agressão intencional de terceiros, cujos danos ou lesões causam a morte da vítima” (WAISELFISZ, 2015, p.9).

Devido ao interesse em estudar o período de 2003 a 2014, buscou-se no site do IPEADATA (2017) e IBGE (2017) variáveis que atendessem aos requisitos sociais e econômicos pelo mesmo período. A partir do levantamento realizado, encontramos três variáveis que atendiam aos requisitos e estariam correlacionadas ao número de homicídios de mulheres no Brasil.

A variável econômica utilizada foi a Taxa de Desemprego. As variáveis sociais utilizadas foram o Índice GINI e a Taxa de Analfabetos de pessoas maiores de 15 anos. O índice GINI aponta a desigualdade de renda da população. A escolha destas variáveis deve-se ao fato de que outros estudos sobre homicídios de mulheres (GARTNER; MCCARTHY, 1991) apontam que fatores sociais como educação e legislação são capazes de alterar uma situação atual da sociedade.

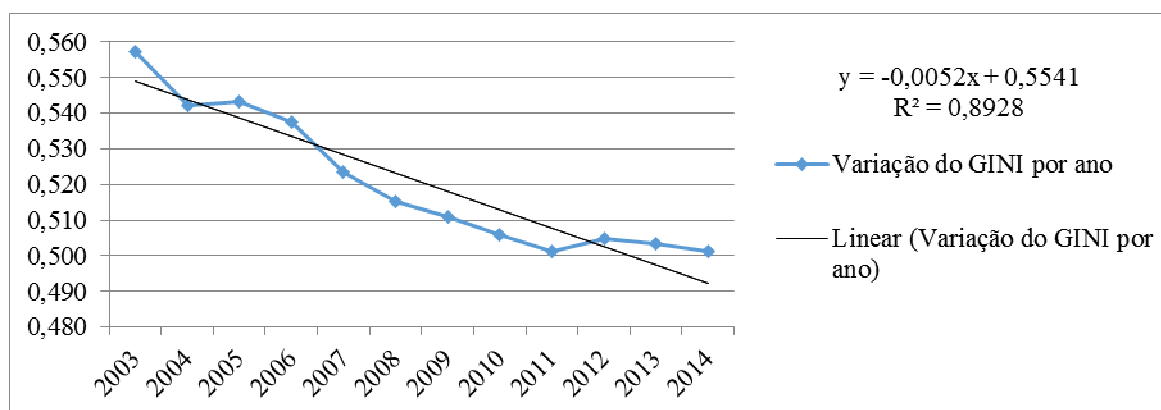
Após a coleta de dados observou-se que os dados referentes ao ano de 2010 não estavam preenchidos para as variáveis Taxa de Desemprego, Índice GINI e Taxa de Analfabetos maiores de 15 anos. Sendo assim, utilizamos como valor para o ano de 2010 a média dos valores dos anos 2009 e 2011.

Para a análise dos dados, o estudo foi conduzido com o apoio do software SPSS (Statistical Package for Social Science) versão 20.0, utilizado como uma ferramenta estatística para analisar conceitualmente os dados gerados a partir de uma regressão linear simples pelo método Inserir (FIELD, 2013).

4 RESULTADOS

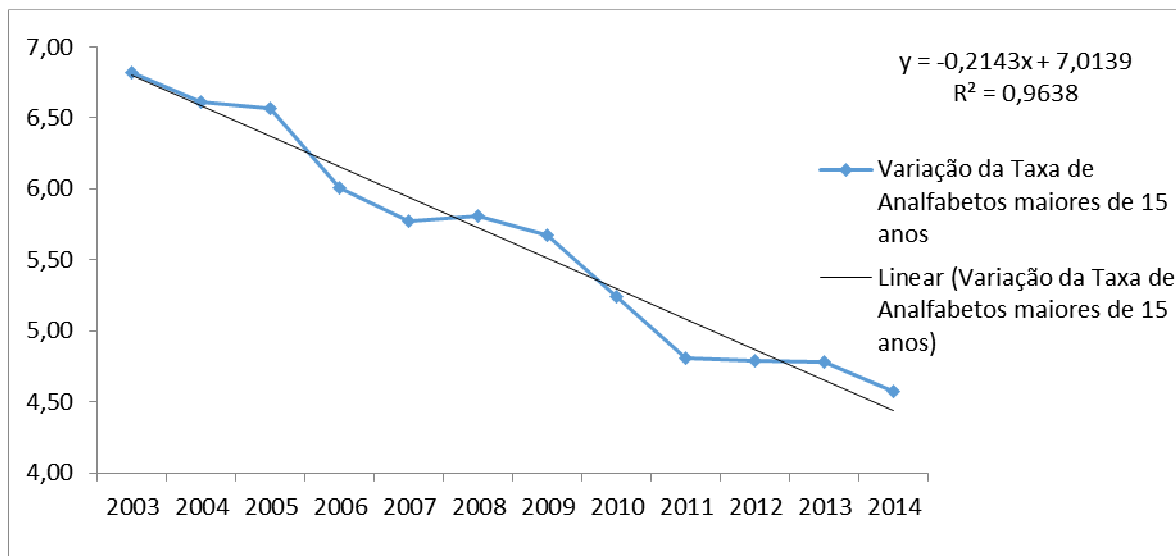
A variação do índice Gini, taxa de analfabetos de pessoas maiores de 15 anos e a taxa de desemprego na região Sudeste foi analisada para o período entre 2003 e 2014, de acordo com os dados fornecidos pelo IBGE e IPEADATA. As Figuras 2, 3 e 4 apresentam, respectivamente, os dados coletados para a evolução do índice Gini, taxa de analfabetos de pessoas maiores de 15 anos por ano e a taxa de desemprego por ano, para a região Sudeste, assim como os dados relativos às regressões lineares realizadas.

Figura 2 – Evolução da variação do índice GINI por ano entre os anos de 2003 - 2014 na região Sudeste



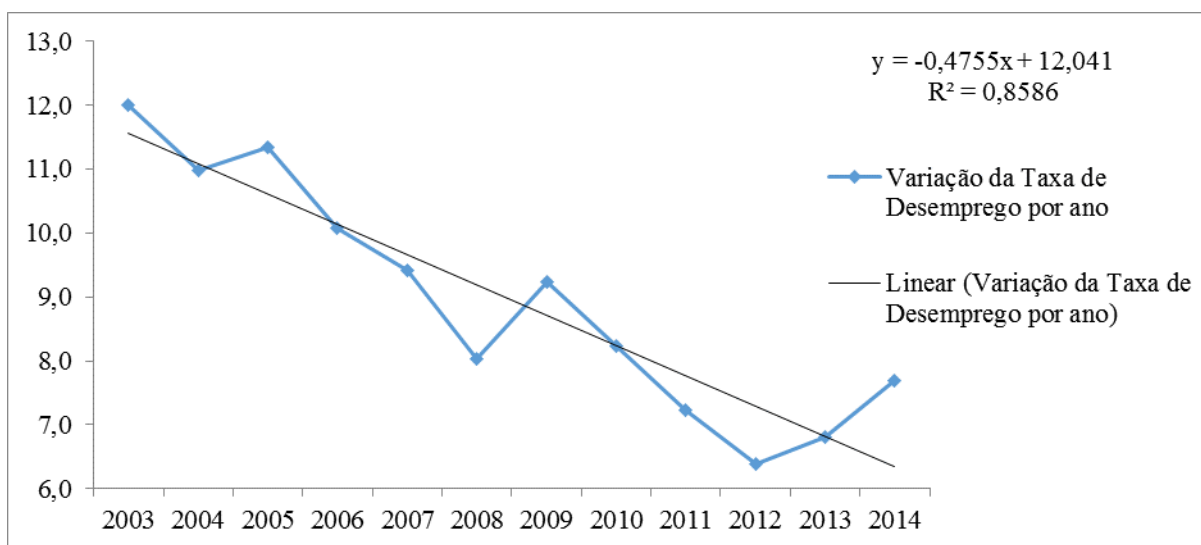
Fonte: Elaboração Própria.

Figura 3 – Evolução da variação da Taxa de Analfabetos maiores de 15 anos por ano entre os anos de 2003 - 2014 na região Sudeste



Fonte: Elaboração Própria

Figura 4 – Evolução da variação da Taxa de Desemprego por ano entre os anos de 2003 e 2014 na região Sudeste



Fonte: Elaboração Própria

Observa-se, pelas Figuras 2, 3 e 4, que as variáveis GINI, Taxa de Analfabetos e Taxa de Desemprego variam da mesma forma ao longo do tempo, todas reduziram. Isso demonstra um ponto positivo para a região, pois menores Taxas de desemprego e analfabetos é um bom indicador para a sociedade de uma maneira geral. Isso igualmente acontece com a redução do índice GINI, que quanto mais próximo de zero, menor a desigualdade de renda da população.

Os coeficientes de correlação obtidos foram 0,89 para o índice GINI, 0,96 para a Taxa de analfabetos e 0,86 para a Taxa de desemprego. Todas as variáveis apresentaram valores expressivos de correlação, não apresentando nenhum ponto discrepante no período analisado.

Neste sentido, inserimos os dados no SPSS para análise. A primeira análise de regressão linear simples com a variável independente GINI apresentou o modelo com R^2 de 87,20 % e um R^2 ajustado de 85,90%, com uma significância de 0,00% e um teste F com valor de 68,142, como apresentado na tabela 1.

Tabela 1 – Modelo 1.

Modelo 1	R^2	R^2 ajustado	Valor F	Sig.
GINI	0,872	0,859	68,142	0,000 ¹

1.Previsores: (Constante), GINI

Fonte: Elaboração Própria

A correlação entre a variável independente GINI com a variável dependente Homicídios de mulheres foi de 93,40%, demonstrando uma forte correlação entre a desigualdade de renda da população e os homicídios de mulheres. Os dados são apresentados na tabela 2.

Tabela 2 – Correlações do modelo 1

		Homicídios de Mulheres	GINI
Correlação de Pearson	Homicídios de Mulheres	1,00	,934
	GINI	,934	1,00

Fonte: Elaboração Própria

Na tabela 3, apresentamos os intervalos de confiança a 95% do modelo. É possível observar que os limites estão abaixo ou acima de zero, o que torna o modelo consistente. O coeficiente não padronizado da variável GINI no valor de 7809,725 aponta que conforme o índice GINI aumenta, o que significa uma maior desigualdade de renda, aumenta-se o número de homicídios de mulheres.

Tabela 3 – Coeficientes do modelo 1

Modelo 1	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	Intervalo de Confiança 95,0% para B	
	B	Erro padrão	Beta			Limite inferior	Limite superior
(Constante)	- 2364,831	492,982	,934	- 4,797	,001	- 3463,263	-1266,399
GINI	7809,725	946,083		8,255	,000	5701,721	9917,729

Fonte: Elaboração Própria.

Sendo assim, a equação para o modelo com a variável independente GINI é: $y = -2364,83 + 7809,72 (X1) + \text{erro}$ (1), sendo que X1 é a variável independente GINI. Este modelo apresentou uma capacidade de predição de 87,20 % ($R^2 = 0,872$).

A segunda análise de regressão linear simples com a variável independente Taxa de Analfabetos maiores de 15 anos apresentou o modelo com R^2 de 67,60 % e um R^2 ajustado de 64,30%, com uma significância de 0,01% e um teste F com valor de 20,828, como apresentado na tabela 4.

Tabela 4 – Modelo 2

Modelo 2	R ²	R ² ajustado	Valor F	Sig.
Taxa de Analfabetos maiores de 15 anos	0,676	0,643	20,828	0,001 ¹

1.Previsores: (Constante), Taxa de Analfabetos maiores de 15 anos

Fonte: Elaboração Própria

A correlação entre a variável independente Taxa de Analfabetos maiores de 15 anos com a variável dependente Homicídios de mulheres foi de 82,20%, demonstrando uma forte correlação entre a taxa de analfabetos e os homicídios de mulheres. Os dados são apresentados na tabela 5.

Tabela 5 – Correlações do modelo 2

		Homicídios de Mulheres	Taxa de Analfabetos maiores de 15 anos
Correlação Pearson	de Homicídios de Mulheres	1,00	,822
	Taxa de Analfabetos maiores de 15 anos	,822	1,00

Fonte: Elaboração Própria

Na tabela 6, apresentamos os intervalos de confiança a 95% do modelo com a variável Taxa de Analfabetos. É possível observar que os limites estão todos acima de zero, o que torna o modelo consistente. O coeficiente não padronizado da variável Taxa de analfabetos no valor de 168,005 aponta que conforme a Taxa de analfabetos cresce, aumenta-se o número de homicídios de mulheres.

Tabela 6 – Coeficientes do modelo 2

Modelo 2	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	Intervalo de Confiança 95,0% para B	
	B	Erro padrão	Beta			Limite inferior	Limite superior
(Constante)	757,615	208,806		3,628	,005	292,367	1222,863
Taxa de Analfabetos maiores de 15 anos	168,005	36,813	,822	4,564	,001	85,981	250,029

Fonte: Elaboração Própria

Dessa forma, a equação para o modelo com a variável independente Taxa de Analfabetos maiores de 15 anos é: $y = 757,62 + 168,01 (X1) + erro$ (2), sendo que X1 é a variável independente Taxa de Analfabetos maiores de 15 anos. Este modelo apresentou uma capacidade de predição de 67,60 % ($R^2 = 0,676$).

A terceira análise de regressão linear simples com a variável independente Taxa de desemprego apresentou o modelo com R^2 de 72,30 % e um R^2 ajustado de 69,50%, com uma significância de 0,00% e um teste F com valor de 26,108, como apresentado na tabela 7.

Tabela 7 – Modelo 3

Modelo 3	R^2	R^2 ajustado	Valor F	Sig.
Taxa de Desemprego	0,723	0,695	26,108	0,000 ¹

1.Previsores: (Constante), Taxa de Desemprego

Fonte: Elaboração Própria

A correlação entre a variável independente Taxa de Desemprego com a variável dependente Homicídios de mulheres foi de 85%, demonstrando uma forte correlação entre a taxa de desemprego e os homicídios de mulheres, os dados são apresentados na tabela 8.

Tabela 8 – Correlações do modelo 3

		Homicídios de Mulheres	Taxa de Desemprego
Correlação de Pearson	Homicídios de Mulheres	1,00	,850
	Taxa de Desemprego	,850	1,00

Fonte: Elaboração Própria

Na tabela 9, apresentamos os intervalos de confiança a 95% do modelo com a variável Taxa de Desemprego. É possível observar que os limites estão todos acima de zero, o que torna o modelo consistente. O coeficiente não padronizado da variável Taxa de Desemprego no valor de 73,917 aponta que, conforme a Taxa de Desemprego cresce, aumenta-se o número de homicídios de mulheres.

Tabela 9 – Coeficientes do modelo 3

Modelo 2	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	Intervalo de Confiança 95,0% para B	
	B	Erro padrão	Beta			Limite inferior	Limite superior
(Constante)	1040,958	131,910		7,891	,000	747,045	1334,872
Taxa de Desemprego	73,917	14,466	,850	5,110	,000	41,684	106,150

Fonte: Elaboração Própria

Nesse sentido, a equação para o modelo com a variável independente Taxa de Analfabetos maiores de 15 anos é: $\gamma = 1040,96 + 73,92 (X1) + erro$ (3), sendo que X1 é a variável independente Taxa de Desemprego. Este modelo apresentou uma capacidade de predição de 72,30 % ($R^2 = 0,723$).

Em suma, os três modelos de regressão linear simples apresentam modelos com capacidade de predição para o problema social relacionado aos homicídios de mulheres. Pela análise, nenhum dos três modelos apresentou algum dado que nos conduzisse ao descarte de alguma das variáveis. Testamos a regressão linear múltipla para o modelo com as três variáveis independentes e para todas as combinações possíveis de modelos com duas variáveis independentes, nenhum deles apresentou dados satisfatórios. O intervalo de confiança de todos os modelos apresentava o zero contido no intervalo, o que tornava o modelo inconsistente.

Sendo assim, o modelo que apresentou os melhores resultados referentes a uma forte correlação com a variável dependente homicídios de mulheres foi o primeiro modelo, com a variável GINI, porquanto foi apontada uma capacidade de predição de 87,20 % ($R^2 = 0,872$).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que a desigualdade de renda da população está altamente correlacionada aos homicídios de mulheres, como observado pelo modelo com a variável GINI. Isso demonstra a necessidade de uma atenção às políticas públicas que visem a reduzir esta desigualdade na sociedade como um todo, como forma de se reduzir o problema social relacionado aos homicídios de mulheres.

Além disso, apesar da variável GINI ter sido o modelo que melhor se correlacionou com os homicídios de mulheres, as outras duas variáveis apresentaram correlações significativas como, por exemplo, o modelo com a Taxa de Desemprego com uma capacidade

de predição de 72,30 % ($R^2 = 0,723$). Este dado destaca a importância de se criar mecanismos capazes de gerar emprego.

Observamos que fatores sociais e econômicos, que em determinadas circunstâncias são colocadas à parte pelo Estado, culminam por gerar uma série de problemas que em um primeiro momento não seriam identificados.

O desemprego de uma grande parcela da população, como se vê atualmente, afeta a desigualdade de renda da população e por consequência afeta os homicídios de mulheres. Relembramos que o desemprego em massa pode ser entendido como uma forma de violência sistêmica. A falha do Estado em garantir o emprego ou ser capaz de gerar mecanismos que proporcionem a renda à população é uma falha do sistema econômico.

Esta falha do Estado também pode ser entendida como uma política pública, afinal, Dye (2013) destaca que as políticas públicas não são somente aquilo que o Estado oferece, mas sim aquilo que escolhe não ofertar ou atender. Os resultados de tais ausências são resultados de políticas públicas que falharam.

Entendemos que os homicídios de mulheres são resultados de uma violência objetiva fundamentada tanto na violência simbólica quanto sistêmica. Ou seja, o homicídio em si é um exemplo de violência subjetiva, o responsável pelo ato é um indivíduo identificável, por outro lado, há uma falha do Estado que não consegue realizar de maneira eficiente políticas públicas capazes de inibir tais atos. Além disso, a sociedade ainda compartilha de símbolos e convenções que estimulam a violência contra as mulheres.

Pesquisas futuras poderiam analisar a efetividade das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres e relacionar a importância destas políticas dentro do cenário nacional.

Nesse sentido, procuramos trazer à tona a relevância de se discutir o problema relacionado à morte de diversas mulheres, que destrói famílias inteiras gerando outros problemas sociais atrelados a este. Lembremos que a curva de projeção da população feminina no Brasil, de acordo com o IBGE, é ascendente até ano de 2043. Quantas vidas poderiam ser evitadas com políticas públicas efetivas?

REFERÊNCIAS

_____. **A systems analysis of political life**. New York: Wiley, 1965 b.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 449-469, 2014.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional> <Acesso em: 06 mar 2017>. Brasília, 2011.

BUTLER, J. Vida precária. **Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, n. 1, p. 13-33, 2011.

CERQUEIRA, D *et al.* **Atlas da Violência 2016**. Brasília, 2016.

DA CRUZ, S. U. A representação da mulher na mídia: um olhar feminista sobre as propagandas de cerveja. **Travessias**, v. 2, n. 2, 2010.

DE MELLO AMARAL *et al.* Violência doméstica e a Lei Maria da Penha: perfil das agressões sofridas por mulheres abrigadas em unidade social de proteção. **Estudos Feministas**, v. 24, n. 2, p. 521-540, 2016.

DURKHEIM, È. **Sociologia e Filosofia**. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense, 1986.

DYE, Thomas R.. **Understanding Public Policy. 14ed.** New Jersey, Pearson, 2013.

EASTON, D. **The Political System**. New York: Knopf, 1965 a.

FIELD, A. **Discovering statistics using SPSS**. 4ed. Sage publications, 2013.

FISKE, J. **Shopping for Pleasure: Malls, Power and Resistance. The Consumer Society Reader**. New York: The New Press, 2000.

GARTNER, R; MCCARTHY, B. The social distribution of femicide in urban Canada, 1921-1988. **Law and Society Review**, p. 287-311, 1991.

IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/> <Acesso em: 06 mar 2017>.

IPEADATA. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/> <Acesso em: 06 mar 2017>.

KIPINIS, B. J; GOMES, V. P. Mulheres em Situação de Vulnerabilidade Social: Contextos, Construção Simbólica e Políticas Públicas. **XL Encontro da ANPAD**, Bahia, 2016.

LAQUER, T. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LESSA, P. **Mulheres à venda: uma leitura do discurso publicitário nos outdoors**. São Paulo: Eduel, 2005.

MEDEIROS, L. A. “Quem Ama Não Mata”: A atuação do movimento feminista fluminense no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher perpetrada pelo parceiro íntimo. **Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH–Associação Nacional de História**. São Paulo, USP, 2011.

MELO, J; SANEMATSU, M. Fragmentos da mulher na publicidade: um corpo sem cabeça e sem alma. **Revista Democracia Viva**, v. 31, p. 76-81, 2006.

MENEGHEL, S. N; HIRAKATA, V. N. Femicídios: homicídios femininos no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 45, n. 3, p. 564-574, 2011.

PEREIRA, P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete. **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

PETROLL, M. L. M; ROSSI, C. A. V. Apelo Sexual na Propaganda e seus Efeitos sobre o Consumidor: um experimento em mídia impressa. **Revista de Administração Eletrônica**, v.19, n.2, p.567-585, 2008.

RAI, T. S.; VALDESOLO, P; GRAHAM, J. Dehumanization increases instrumental violence, but not moral violence. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, n.32, p. 201 - 238, 2017.

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos feministas**, v.12, n.2, p. 35-50, 2004.

SCOTT, P *et al.* Redes de Enfrentamento da Violência contra Mulheres no Sertão de Pernambuco. **Estudos Feministas**, v. 24, n. 3, p. 851-870, 2016.

SODRÉ, M. **Sociedade, mídia e violência**. Editora Sulina, Porto Alegre, 2002.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

TOMÉ, F. M. **Apresentação da imagem feminina como objeto de consumo nas propagandas de cerveja**. 2013.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015: Homicídios de Mulheres no Brasil**. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf<Acesso em: 06 mar 2017>. Brasília, 2015.

ZIZEK, S. **Violência: seis reflexões laterais**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

GONÇALVES, C. P; LUNA, C. P; CUNHA, D. O; SINAY, M. C. F; AYROSA, E. A. T. Gênero, Violência e Políticas Públicas: Uma Análise Acerca dos Homicídios de Mulheres na Região Sudeste Entre 2003-2014. **Rev. FSA**, Teresina, v.17, n. 10, art. 19, p. 361-378, out. 2020.

Contribuição dos Autores	C. P. Gonçalves	C. P. Luna	D. O. Cunha	M. C. F. Sinay	E. A. T. Ayrosa
1) concepção e planejamento.	X	X	X		
2) análise e interpretação dos dados.	X	X	X	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X	X	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X	X	X	X